



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

SET/OUT 2013

NÚMERO 2

ISSN 2182-8199

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA FILIPA OLIVEIRA, ASHLEY GOOD,
CÉSAR NETO, EMÍLIA PIRES, GT ÉTICA
DA PLATAFORMA, IGNACIO SAIZ, JEAN
SALDANHA, JORGE BALBIS, PATRÍCIA
MAGALHÃES FERREIRA

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO NÉLIA RIBEIRO

REVISÃO CÉSAR NETO, LILIANA AZEVEDO,
NÉLIA RIBEIRO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / AVENIDA INFANTE SANTO,
Nº21 / PISO TÉCNICO ESQUERDO /
1350-177 LISBOA, PORTUGAL / TLF +351
218872239 / FAX +351 218872241 / SKYPE
PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD /
INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUIZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

NÉLIA RIBEIRO ASSISTENTE DE
PROJECTO /
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

[CAPA]
ISTOCKPHOTO.COM

3 EDITORIAL

4 DOSSIER ‘AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015’

14 EM REDE

16 ÉTICA

18 AIDWATCH

20 BOAS PRÁTICAS

21 INICIATIVA

22 PUBLICAÇÕES

23 AGENDA

Iniciámos 2013 interrogando-nos sobre o futuro da Cooperação Portuguesa (vide **Número zero da Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD**) e com a expectativa de que se vislumbresse um rumo para o sector. Tal não se verificou. A poucas semanas de fechar o ano, continuamos a aguardar que seja apresentado e aprovado um documento de estratégia. Não podemos deixar de notar e de alertar para os sucessivos adiamentos da nova estratégia, a par de outras condicionantes negativas e os seus efeitos, nomeadamente uma progressiva desarticulação do sector e um desnorte quanto às prioridades, com impactos de diversa natureza, alguns de longo prazo, nas ONGD e na sua acção.

Na recta final do ano, olhamos novamente para o horizonte, desta vez para o contexto internacional onde se discute o novo quadro de Desenvolvimento para o período pós-2015, no sentido de trazer para o plano nacional os debates internacionais em curso sobre esta matéria.

A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 irá definir os compromissos e as metas que irão substituir os ODM, isto é o quadro de prioridades que irão balizar o trabalho dos governos, das organizações internacionais e das ONG no período pós-2015, pelo que importa à sociedade civil acompanhar este processo e tentar influenciá-lo.

O dossier abre com um artigo de contextualização, da autoria da investigadora Patricia Magalhães Ferreira, que resume o processo de definição de uma nova agenda para o Desenvolvimento Global e as principais questões em debate. Inclui ainda uma entrevista com Ignacio Saiz, Director Executivo do CESR, que tem acompanhado de perto as discussões em torno do novo quadro de Desenvolvimento e defende uma Agenda Pós-2015 ancorada nas normas internacionais de Direitos Humanos e um reforço dos mecanismos de pres-

tação de contas; e uma segunda entrevista com Emilia Pires, Ministra das Finanças de Timor-Leste, que integra o Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Agenda de Desenvolvimento e expõe a sua perspectiva de quais os contributos de um país em situação de pós-conflito nesta fase de consultas e negociações e em que defende instituições estatais fortes e a paz como bases para o desenvolvimento sustentável.

A importância do tema justificou a inclusão das opiniões de duas grandes redes internacionais de OSC, uma rede de organizações católicas e uma plataforma da América Latina: Jean Saldanha, da CIDSE, sintetiza o processo sem precedentes de consulta à sociedade civil e Jorge Balbis, da ALOP, defende que seja garantida a participação dos cidadãos nos processos políticos relacionados com o desenvolvimento, para que a Agenda Pós-2015 seja verdadeiramente centrada nas pessoas.

Como é habitual, damos ainda espaço a dois grupos de trabalho de Plataforma: o Grupo de Trabalho de Ética que reflecte sobre a importância da adopção de um código de conduta para as ONGD portuguesas e o Grupo de Trabalho Aidwatch, que nos dá a antever alguns elementos do Relatório Aid Watch 2013 que vai ser lançado em breve e no qual é feito o balanço do último ano de (des)governança da Cooperação Portuguesa.

Nesta edição, falamos ainda de fracassos, na rubrica Boas Práticas, como forma de potenciar a aprendizagem e a mudança, e destacamos uma campanha internacional que visa a aprovação de uma Taxa sobre as Transacções Financeiras como forma de financiar as prioridades globais, à qual a Plataforma se associou.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



CASA DOS DIREITOS.
GUINÉ-BISSAU. ACEP. 2013

A DEFINIÇÃO DE UMA NOVA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL¹

PATRÍCIA MAGALHÃES FERREIRA
INVESTIGADORA E CONSULTORA INDEPENDENTE

No âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas realizada no final de Setembro, os líderes mundiais avaliaram a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e lançaram o processo de negociações intergovernamentais para a definição de uma agenda para o desenvolvimento global no período pós-2015².

Nos discursos e debates realizados, tornou-se claro que as alterações da geopolítica mundial terão repercussões nesta agenda, nomeadamente ao torná-la mais política e também mais complexa. O processo de definição de objectivos e metas de Desenvolvimento, que em 2000 foi objecto de pouca reflexão e abordado na perspectiva de “como os países mais ricos podem ajudar os mais pobres”, está actualmente a ser mais inclusivo e discutido entre um amplo leque de intervenientes, sectores e organizações, o que, sendo essencial para o sucesso, acrescenta em complexidade e dificuldade. Assistimos, assim, a uma grande diversidade de interesses e opiniões, presentes naquilo que são as prioridades e abordagens a seguir, nomeadamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tal foi já evidente no evento de alto-nível realizado a 25 de Setembro, onde, apesar de existir um consenso alargado em torno de vários desafios do desenvolvimento, verificaram-se também algumas nuances nas prioridades – com os países africanos a enfatizarem a prioridade do crescimento produtivo e do investimento na agricultura, do emprego e das in-

fra-estruturas (nomeadamente energéticas), os países nórdicos a salientarem principalmente a importância da igualdade de género, e algumas economias emergentes a afirmarem a singularidade dos processos de desenvolvimento e a necessidade de serem respeitados os vários caminhos prosseguidos.

‘VERIFICAMOS QUE AS ASPIRAÇÕES DOS CIDADÃOS DE TODO O MUNDO, SEJAM DE PAÍSES DESENVOLVIDOS OU EM DESENVOLVIMENTO, SÃO MUITO SEMELHANTES’

Na verdade, tendo em conta os resultados da consulta global efectuada nos últimos meses pelas Nações Unidas, em que mais de um milhão de pessoas votou nas prioridades de desenvolvimento, verificamos que as aspirações dos cidadãos de todo o mundo, sejam de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, são muito semelhantes. A educação e a saúde continuam a estar no centro das preocupações, figurando também em lugares cimeiros as questões do emprego, a existência de governos que respondam às necessidades das populações, bem como o acesso à água potável e à alimentação³. Ao nível do discurso político, verifica-se também uma atenção crescente àquilo que as pessoas consideram importante na definição da sua pobreza, como a ausência de um emprego, a ameaça do crime e da vio-

lência, ou a falta de confiança nas instituições – largamente ausentes da agenda definida em 2000, mas que deverão figurar de alguma forma na Agenda Pós-2015.

Uma das questões centrais é a ligação entre a erradicação da pobreza e a promoção de um desenvolvimento inclusivo e sustentável. A proposta de estabelecer como um dos objectivos acabar com a pobreza extrema (entendida como menos de 1,25 dólares/dia), a ser aprovada, será um marco na nova agenda. No entanto, sendo a redução da pobreza uma condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento, questões como a exclusão social ou a marginalização de largos sectores da população terão cada vez mais importância nesta concepção multidimensional de bem-estar.

Neste contexto, o desenvolvimento e o alívio à pobreza não virão primordialmente dos programas tradicionais de luta contra a pobreza, mas sim de um crescimento económico mais equitativo e inclusivo, onde as políticas (e fundos) nacionais e internacionais têm ambos um papel a desempenhar.

Tal “inclusão” implicará necessariamente abordar a persistência de desigualdades, as quais incorporam ciclos viciosos de distribuição pouco equitativa do poder, favorecidos e perpetuados por condições económicas e políticas, seja no plano internacional seja no interior dos países. As desigualdades manifestam-se não apenas de forma vertical (entre os rendimentos dos sectores mais ricos e mais pobres da população), mas horizontalmente (entre regiões, entre sexos, religiões, etnias, idades). Reflectem-se, portanto, em áreas tão variadas como a saúde, a educação ou a protecção social, materializando-se numa limitação efectiva das oportunidades, do acesso, da participação, da influência e da voz, das capacidades, em suma, da liberdade de sectores da população alargarem as suas possibilidades de escolha.

Para que a inclusão das desigualdades na Agenda Global Pós-2015 não se limite à retórica vazia das questões transversais, é necessário que os objectivos e as metas de cada objectivo sejam desde logo formulados de acordo com esse desígnio e que os indicadores de progresso sejam desagregados por grupos sociais e de rendimento (desigualdades verticais e horizontais). Por exemplo, num objectivo sobre igualdade de género, são necessárias metas que efectivamente desafiem as relações de poder e a consequente discriminação das raparigas e mulheres nas mais variadas áreas; na saúde e na educação podem definir-se objectivos universais “zero”, que pretendem uma co-

bertura universal e que não poderão ser realizados sem que as necessidades dos grupos mais marginalizados sejam tidas em conta; e assim por diante.

A análise do contexto global desde 2000 demonstra que não será possível a existência de um desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – económica, social, ambiental – sem que haja uma mudança de paradigma assente em transformações estruturais, ultrapassando barreiras sociais, económicas e políticas que perpetuam a pobreza, tanto ao nível nacional como internacional.

‘OS OBJECTIVOS DEFINIDOS
TÊM DE SER SIMPLES E DE
NÚMERO LIMITADO, FACILMENTE
COMUNICÁVEIS E MONITORIZADOS,
RESPONDEREM ÀS PRINCIPAIS
NECESSIDADES E PROBLEMAS
GLOBAIS, E SEREM AMBICIOSOS
E INSPIRADORES PARA UM VASTO
LEQUE DE ACTORES’

Assim, a “transformação estrutural das economias”, a que agora se apela em vários relatórios e documentos oficiais sobre o pós-2015⁴, só será possível com visão estratégica dos agentes políticos e económicos sobre o que pretendem para os seus países, com mobilização de fundos internos (no caso dos países africanos, nomeadamente, o reforço dos sectores produtivos e o alargamento das bases fiscais são essenciais para assegurarem recursos para o seu próprio desenvolvimento) e com uma efectiva promoção da equidade e redistribuição dos rendimentos (por exemplo através de maiores investimentos na Educação e Saúde, da utilização sustentável dos rendimentos provenientes da exploração de recursos naturais, entre outras medidas). Se as acções mais relevantes para o desenvolvimento de cada país estarão sempre ligadas a mudanças de políticas nacionais, aplicadas no plano interno, é essencial que a nova agenda global seja apropriada no plano nacional, que contenha incentivos para os governos e que seja um instrumento simples e útil para os grupos que procuram essa mudança.



LANÇAMENTO DO “RELATÓRIO AID WATCH 2012 – UMA
LEITURA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA DESDE 2003”.
PORTUGAL. PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, 2012

Da mesma forma, os espaços nacionais são influenciados e condicionados por políticas e tendências internacionais, que podem reforçar vulnerabilidades mesmo quando há ganhos internos em termos de crescimento. Em termos internacionais, entre os exemplos de políticas e estruturas que não favorecem a luta contra a pobreza estão uma arquitectura financeira discriminatória e desregulada, um quadro global de comércio injusto, padrões insustentáveis de produção e consumo, as questões do acesso e posse de terras, entre outras. Como defender a soberania alimentar e a gestão sustentável dos recursos naturais sem abordar a regulação dos mercados financeiros e da actuação das multinacionais? Como prosseguir a paz e segurança sem abordar o comércio de armamento? Como combater a pobreza sem abordar as regras mundiais de comércio?

Naturalmente, uma coisa é o que está consagrado nos documentos oficiais e outra, bem mais difícil, será investir numa mudança dessas políticas, tanto ao nível dos países como dos fóruns regionais e internacionais. Prova disso mesmo são as negociações internacionais de comércio, que se arrastam há anos sem fim à vista, com a permanência de barreiras que distorcem o acesso aos mercados. O mesmo para as questões da evasão fiscal das multinacionais, os paraísos fiscais, o impacto social das indústrias extractivas ou dos biocombustíveis, e outras questões onde uma regulação e políticas mais favoráveis aos países em desenvolvimento poderiam ter impactos muito positivos. A principal questão que se coloca não é, portanto, de como é que a Ajuda ao Desenvolvimento pode contribuir para que os países mais ricos ajudem os mais pobres, mas sim de como é que todos podem mobilizar fundos, recursos, interesses e vontades para impulsionar efectivas transformações no sistema.

Neste contexto, ganha força a ideia de os objectivos da nova agenda global não serem apenas dedicados aos países mais pobres (embora estes devam continuar a ter uma atenção particular), mas que antes expressem compromissos internacionais, com diferenciação nacional em função dos vários contextos, necessidades e capacidades. Assim, o princípio de “responsabilidades partilhadas mas diferenciadas” parece estar a vingar neste debate, embora não seja claro como poderá ser implementado na prática. Pelo menos no plano dos princípios, a possível aprovação de uma agenda de aplicabilidade mundial pode contribuir para aumentar a influência e visibilidade dessa agenda, na medida em que os problemas e as respostas serão mais encarados como um factor de mobilização comum e de benefícios mútuos, do que como algo isolado que só diz respeito a alguns.

Por fim, é necessário manter uma perspectiva realista. A Agenda Pós-2015, por mais ambiciosa que seja, será também sempre um contributo parcial para as mudanças necessárias. É impossível avaliar em que medida os progressos nos próprios ODM se deveram à existência dos mesmos. Mas uma agenda deste tipo não deve pretender ser (ou ser encarada como) uma solução para a pobreza no mundo, sob pena de todos os resultados serem inevitavelmente encarados como falhanços. A sua relevância e utilidade estão antes em incorporar uma visão e prioridades comuns a grande parte dos países, que possa mobilizar a comunidade internacional, galvanizar a vontade política (quer como quadro orientador quer como forma de pressão e advocacia), facilitar o diálogo e ajudar a impulsionar mudanças nas políticas nacionais, regionais e internacionais.

Isto significa que os objectivos definidos têm de ser simples e de número limitado, facilmente comunicáveis e monitorizados, responderem às principais necessidades e problemas globais, e serem ambiciosos e inspiradores para um vasto leque de actores. Significa igualmente que os ODM – e os novos objectivos que vierem a ser definidos – têm de ser vistos como parte de estratégias mais alargadas e abrangentes, implementadas pelos países e pela comunidade internacional, e que preconizem uma visão integrada das muitas variáveis que compõem este tipo de processos. Só dessa forma poderão ter um papel mobilizador e transformador.

¹ ESTE ARTIGO FOI ELABORADO COM BASE NO PAPER DA MESMA AUTORA “A AGENDA PÓS-2015 PARA O DESENVOLVIMENTO: DA REDUÇÃO DA POBREZA AO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO?” IMVF POLICY PAPER 1/2013, AGOSTO 2013, LISBOA.

² PODE CONSULTAR AQUI O DOCUMENTO FINAL

³ O RESULTADO DAS CONSULTAS MUNDIAIS PODE SER VISTO EM WWW.WORLDDWEWANT2015.ORG/MILLIONVOICES E EM MAPWORLDDWEWANT2015.ORG

⁴ VER, POR EXEMPLO, O RELATÓRIO DO PAINEL DE ALTO-NÍVEL SOBRE O PÓS-2015, QUE APELA A CINCO GRANDES TRANSFORMAÇÕES: “A NEW GLOBAL PARTNERSHIP: ERADICATE POVERTY AND TRANSFORM ECONOMIES THROUGH SUSTAINABLE DEVELOPMENT”

À CONVERSA COM...

IGNACIO SAIZ, DIRECTOR EXECUTIVO DO CENTER FOR ECONOMIC AND SOCIAL RIGHTS (CESR)¹

ENTREVISTA REALIZADA POR
LILIANA AZEVEDO
GESTORA DE PROJECTOS NA
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO
DA PLATAFORMA

QUAL O BALANÇO QUE FAZ DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM) A MENOS DE DOIS ANOS DA META TEMPORAL PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO?

Os ODM representam um consenso internacional sem precedentes, segundo o qual a erradicação da pobreza, da fome e de outras privações evitáveis constituem uma responsabilidade urgente e colectiva. Se há provas de que os ODM incentivaram à acção em muitos países, o progresso global para que fossem alcançados tem sido uma profunda desilusão. Muitos dos objectivos – alguns dos quais relativamente pouco ambiciosos – não serão atingidos até 2015. Mesmo onde houve progresso, este nem sempre se deve a políticas relacionadas com os ODM. Por exemplo, a pobreza extrema foi reduzida para metade em grande parte devido aos padrões de crescimento na China e na Índia na década de 1990 que antecedem os ODM. Como

o Secretário-Geral das Nações Unidas já reconheceu, as falhas dos ODM ocorreram não porque estes tenham sido demasiado ambiciosos nem porque tenha havido pouco tempo, mas sim devido à falta de vontade, a uma afectação de recursos desadequada e à ausência de prestação de contas a nível nacional e internacional.

QUAIS AS LIÇÕES APRENDIDAS COM OS ODM QUE DEVEM SER INCORPORADAS NA NOVA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015?

Da perspectiva dos Direitos Humanos, surgem pelo menos cinco lições. Desta vez, a nova agenda deve ser verdadeiramente universal, incluindo compromissos firmes e quantificáveis dos países de alto rendimento no sentido da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento bem como para a resolução de situações de carência nos seus próprios países, em que muitos deles a pobreza e a exclusão social têm vindo a aumentar devido à crise económica. Em segundo lugar, a agenda deve ser melhor concebida para combater a desigualdade – o maior ponto fraco dos ODM – e para dismantelar os padrões enraizados de discriminação que lhe estão subjacentes, baseados no género, na deficiência, na etnicidade, no estatuto socioeconómico, entre outros motivos. Em terceiro lugar, como a Primavera Árabe demonstrou, questões como a governação, incluindo o respeito pelas liberdades civis e políticas, não podem continuar a ser deixadas fora da agenda se queremos um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Em quarto lugar, o quadro deve promover a criação de patamares de protecção social universais, em linha com

as normas dos direitos económicos e sociais e as recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Os sistemas de protecção social são fundamentais para o combate à pobreza e à desigualdade, estão porém a ser corroídos pela austeridade global. Por último, o novo quadro deve ser reforçado por mecanismos de prestação de contas, que façam com que todos os governos, instituições internacionais e o sector privado assumam

‘AS FALHAS DOS ODM OCORRERAM (...) DEVIDO À FALTA DE VONTADE, A UMA AFECÇÃO DE RECURSOS DESADEQUADA E À AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS’



IGNACIO SAIZ

as suas responsabilidades comuns mas diferenciadas. Estes são elementos essenciais para o renovado quadro de desenvolvimento, ancorado nos Direitos Humanos e que busca a realização da dignidade humana enquanto questão de justiça² e não de caridade.

COMO DEVE SER FEITA A ARTICULAÇÃO ENTRE OS NOVOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO E OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESULTANTES DA CIMEIRA RIO +20?

Apesar de, inicialmente, os processos dos ODM e dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) terem seguido vias diferentes, as recentes consultas a nível mundial feitas à sociedade civil têm apelado, de forma inequívoca, à adopção de um conjunto de objectivos unificados e abrangentes que incidam sobre a pobreza, a injustiça social e a degradação ambiental de maneira integrada, isto é, como dimensões inter-relacionadas do desenvolvimento sustentável. Os Estados-membros aprovaram esta visão na Assembleia-Geral das Nações Unidas de Setembro, a qual reconheceu a interligação intrínseca entre a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, sublinhando a necessidade de um quadro único e coerente.

O CESR DEFENDE QUE A INCLUSÃO DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS É FUNDAMENTAL NA AGENDA PÓS-2015. PORQUÊ?

Chegar-se a acordo quanto a um conjunto limitado de compromissos comuns pelos quais todos os governos devem responder – perante cada um deles e perante os seus cidadãos – pode poten-

cialmente funcionar como um poderoso instrumento de prestação de contas. No entanto, no quadro actual, a prestação de contas tem sido posta em causa devido à ausência de responsabilidades claramente delineadas, às fraquezas a nível dos mecanismos de monitorização e revisão dos ODM e à capacidade dos Estados mais ricos de ignorarem os compromissos assumidos no âmbito do ODM 8, que foi desenhado em termos menos precisos e mensuráveis do que os outros objectivos. Estes défices de prestação de contas têm vindo a ganhar visibilidade desde a crise económica global.

‘A PRESTAÇÃO DE CONTAS PODE SER REFORÇADA SOB A AGENDA PÓS-2015, AO ALINHAR OS SEUS CONTEÚDOS COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS’

A prestação de contas³ pode ser reforçada sob a Agenda Pós-2015, ao alinhar os seus conteúdos com as normas internacionais de Direitos Humanos, as quais podem ajudar a clarificar as responsabilidades específicas de todos os detentores de obrigações em relação a cada objectivo. Os Direitos Humanos devem também sustentar o processo através do qual os objectivos são delineados e implementados. As garantias de liberdade de expressão, informação, reunião e associação são particularmente importantes para a prestação de contas, tornando

possível a participação das pessoas, de forma significativa, nos processos de tomada de decisão. O quadro de Direitos Humanos também reforça a prestação de contas ao fornecer mecanismos adicionais através dos quais as pessoas podem reclamar os seus direitos e tornar as instituições responsáveis, tanto a nível nacional como internacional. Para que os futuros compromissos de desenvolvimento tenham uma hipótese credível de virem a ser alcançados desta vez, é vital que sejam apoiados por uma efectiva infra-estrutura de prestação de contas a todos os níveis. O mundo não pode permitir um novo conjunto de promessas falhadas.

Leia a versão original da entrevista [aqui](#) (em inglês).

¹ CENTER FOR ECONOMIC AND SOCIAL RIGHTS

² CESR (2013), A MATTER OF JUSTICE: SECURING HUMAN RIGHTS ON THE POST-2015 SUSTAINABLE DEVELOPMENT AGENDA

³ CESR/OHCHR (2013), WHO WILL BE ACCOUNTABLE? HUMAN RIGHTS & THE POST-2015 DEVELOPMENT AGENDA

À CONVERSA COM...

EMÍLIA PIRES, MINISTRA DAS FINANÇAS DE TIMOR-LESTE

ENTREVISTA REALIZADA POR
LILIANA AZEVEDO
GESTORA DE PROJECTOS NA
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO
DA PLATAFORMA

INTEGRA O PAINEL DE ALTO NÍVEL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 E É PRESIDENTE DO G7+. QUAL O CONTRIBUTO QUE UM PAÍS COMO TIMOR-LESTE PODE DAR NESTA FASE DE CONSULTAS E NEGOCIAÇÕES DA NOVA AGENDA?

Timor-Leste e os países do g7+ podem dar um grande contributo no sentido de procurar garantir que na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 ninguém é deixado para trás. Países em situação de pós-conflito, como Timor-Leste e os países que fazem parte do g7+, lutaram para alcançar os ODM – mas fomos deixados para trás. Agora temos um papel a desempenhar: explicar porque é que isto aconteceu e demonstrar como podemos evitar que volte a acontecer.

Timor-Leste renasceu das cinzas em 1999 para se tornar uma nação pacífica e resiliente em 2013, aprendendo também lições com o g7+.

Tenho o prazer de poder agora afirmar que Timor-Leste deu um grande contributo na fase de consulta e nas negociações da nova agenda. Realizámos consultas ao nosso povo para perceber o que pretende da Agenda de Desenvolvimento. Também trabalhamos a nível regional e ficamos satisfeitos por acolher a Conferência Internacional de Díli sobre a Agenda Pós-2015, no início deste ano.

Embora eu tenha participado a nível pessoal no Painel de Alto Nível, levei também a esse fórum as experiências de Timor-Leste e do g7+. Tenho o prazer de dizer que muitas das nossas ideias foram incluídas no **Relatório** [do Painel] – em particular nos objectivos universais propostos para sociedades estáveis e pacíficas e sobre governação e eficácia nas instituições. Mas – e este é um grande “mas” – ainda há um longo caminho a percorrer e, por isso, juntamente com o g7+, iremos continuar a defender e garantir que desta vez “ninguém seja deixado para trás”.

NUMA RECENTE CONFERÊNCIA ORGANIZADA PELA FUNDAÇÃO GULBENKIAN SOBRE ESTE TEMA, REFERIU QUE “OS ODM NÃO CONTINHAM OS ALICERCES ESSENCIAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”. NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS ELEMENTOS EM FALTA?

Bem, todos nós queremos alcançar os nossos ODM, mas como poderemos alcançar a educação universal, por exemplo, quando as nossas escolas foram queimadas e os nossos professores estão dispersos? Ou como poderemos nós melhorar a saúde materna se as instituições do Estado são tão frágeis que nem conseguem prestar os serviços essenciais?

Em Timor-Leste, quanto iniciei as minhas funções enquanto Ministra no Governo, em 2007, estávamos a apagar fogos... Tínhamos 800 rebeldes a ameaçar a segurança, tínhamos grande parte da nossa população em 65 campos de refugiados, deslocados no seu próprio país, tínhamos um serviço público disfuncional e altamente politizado, as nossas instituições estatais eram tão frágeis quanto o Estado em si.

‘JUNTAMENTE COM O G7+, IREMOS CONTINUAR A DEFENDER E GARANTIR QUE DESTA VEZ “NINGUÉM SEJA DEIXADO PARA TRÁS”’

Então, estabelecemos prioridades imediatas e urgentes – construir a paz e construir e reforçar as instituições do Estado de modo a que ele pudesse prestar serviços à população.



EMÍLIA PIRES

E tivemos de fazer isto no nosso próprio país, de forma simples para que pudesse vir a funcionar – e tão depressa quanto possível! Sem se trabalhar nessas bases, os ODM ou qualquer desenvolvimento sustentável serão inatingíveis.

‘O QUE TIMOR-LESTE
TEM FEITO E VAI CONTINUAR
A FAZER É REFORÇAR A
NECESSIDADE DE PAZ E DE
INSTITUIÇÕES ESTATAIS FORTES’

TIMOR-LESTE DEFENDE A ADOÇÃO DE OBJECTIVOS DE PEACEBUILDING E STATEBUILDING. COMO PODE SER FEITA A ARTICULAÇÃO COM A AGENDA PÓS-2015?

Juntamente com os membros do g7+, Timor-Leste moldou o **New Deal**. Este Paradigma do Desenvolvimento é particularmente importante para os países em situação de pós-conflito ou em situação de fragilidade e apresenta os 5 Objectivos de *Peacebuilding* e de *Statebuilding* a par de dois importantes princípios: o TRUST e o FOCUS.

Agora, em termos de Agenda Pós-2015, mais do que fazer pressão para a inclusão de todos estes cinco Princípios de *Peacebuilding* e de *Statebuilding*, o que Timor-Leste tem feito e vai continuar a fazer é reforçar a necessidade de paz e de instituições estatais fortes, bem como a importância da apropriação e liderança do país no seu processo de Desenvolvimento.

Estamos comprometidos, com a nossa família do g7+, a fazer pressão para que estes [princípios] sejam incluídos em qualquer Agenda Pós-2015, tem de ser assim se não queremos deixar ninguém para trás.

RECURSOS FUNDAMENTAIS

Civil Society Platform for Peacebuilding and Statebuilding (2013), *Putting Sustainable Peace and Safe Societies at the Heart of the Development Agenda: Priorities for post-2015*

Center for Women’s Global Leadership (2012), *The Post-2015 Development Framework and the Realization of Women’s Rights and Social Justice*

European Commission (2013), *A Decent Life for All: Ending Poverty and giving the world a sustainable future*

European Commission (2013), *Beyond 2015: towards a comprehensive and integrated approach to financing poverty eradication and sustainable development*

Leadership Council of the Sustainable Development Solutions Network (2013), *An Action Agenda for Sustainable Development*

High-Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda (2013), *A New Global Partnership: Eradicate poverty and transform Economies through sustainable Development*

United Nations (2012), *The future we want - Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012*

United Nations (2013), *A life of Dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015*

United Nations Non-Governmental Liaison Service (2013), *Advancing Regional Recommendations on the Post-2015 Development Agenda*

United Nations Development Programme (2013), *Equity, Inequality and Human Development in a post-2015 framework*

SITES DE REFERÊNCIA

Beyond2015 / CIDSE / High-level Panel on the Post-2015 Development Agenda / My World – The United Nations Global Survey for a Better World / Participate 2015 / Post-2015 Development: Timeline / Post2015 Policy & Practice / Post2015.org / Post2015 UN Global Pulse / The World We Want / Sustainable Development 2015 / WikiProgress Post-2015 / Youth Conversations on Post 2015



o Mundo

Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate

Media, Cidadania e Desenvolvimento

AS ONGD E A QUALIDADE EM TODOS OS CAMPOS E LATITUDES

OS CAMPOS E LATITUDES

Guia das ONGD - 2012

Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento

Entre Norte e Sul, reequilibrar poderes, reforçar solidariedades
Cooperação Descentralizada

direitos humanos e desenvolvimento

Desafios de um
desenvolvimento inclusivo

Handbook on Biofuels and Family Agriculture in Developing Countries
PROGRAMA INDICATIVO DE COOPERAÇÃO

PREPARAÇÃO DO PÓS-2015:

CONSULTA SEM PRECEDENTES DA SOCIEDADE CIVIL NA 1ª FASE, MAS RESTA AINDA UM LONGO CAMINHO A PERCORRER

JEAN SALDANHA
SENIOR POLICY ADVISOR NA CIDSE¹

Já em 2010, organizações da sociedade civil como a CIDSE questionavam os governos sobre como é que eles planeavam assegurar que o processo para se alcançar um novo quadro de Desenvolvimento após a meta temporal dos ODM (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) em 2015 seria participativo e liderado pelas pessoas. A partir desse momento, o *advocacy* da sociedade civil cresceu através de campanhas como a **Beyond 2015**. A sociedade civil organizou as suas próprias consultas no Norte e no Sul de modo a reunir visões e a formular as suas próprias propostas acerca do enquadramento futuro e da definição de objectivos.

As Nações Unidas também ouviram o apelo da sociedade civil para que este fosse um processo participativo. A par da realização de 88 consultas nacionais e 11 consultas temáticas, os eventos organizados à margem das reuniões do **Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Agenda Pós-2015** constituíram importantes espaços para os contributos da sociedade civil. Um vasto leque de actores da sociedade civil que normalmente não são ouvidos – tais como as pessoas portadoras de deficiência, as pessoas idosas e os jovens – teve oportunidade para fazer ouvir as suas opiniões. A ONU, em colaboração com a sociedade civil, organizou também consultas online sobre “O Mundo Que Queremos” em www.worldwewant2015.org. Foi uma maneira inovadora de reunir a opinião de pessoas que, por norma, não teriam sido ouvidas, integrando um conjunto extremamente rico de pontos de vista que reflectem a diversidade da sociedade civil.

No entanto, para além das estatísticas dos números de cliques e visualizações, podem ser colocadas algumas questões acerca da verdadeira representatividade de uma plataforma desta natureza. Quando, em Março de 2013, numa reunião de discussão do quadro Pós-2015 decorrida no **Fórum Social Mundial**, em Tunis, os participantes foram questionados sobre se tinham conhecimento desta plataforma, poucos foram os membros de movimentos sociais e pequenas ONG do Sul que disseram que sim. Numa era de sobrecarga de informação, outra questão que se levanta é se uma plataforma deste tipo oferece às pessoas com diferentes pontos de vista a oportunidade para se envolverem de forma significativa e partilharem ideias.

‘A SOCIEDADE CIVIL PRECISA, POIS,
DE CONTINUAR A MOBILIZAR E A
EXIGIR ACTIVAMENTE O ESPAÇO QUE
MERECE E O DIREITO A SER OUVIDA’

Dito isto, a forte participação e actividade da sociedade civil à margem do **Evento Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os ODM e a Agenda Pós-2015** que teve lugar em Setembro, em Nova Iorque, testemunha o sucesso dessas consultas. Mais importante, testemunha o compromisso global da sociedade civil para com o processo. Princípios como a centralidade dos Direitos Humanos para todos e uma responsabilidade comum mas diferenciada devem, em grande parte, a sua presença no **documento final** do Evento Especial à pressão a que os governos estiveram sujeitos para reflectir as aspirações da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, o pedido claro da sociedade civil em todo o mundo para se garantir que as próximas fases do processo continuem transparentes e participativas não está reflectido de forma adequada no documento final. É como se os governos sentissem que a sociedade civil já teve a sua oportunidade de se manifestar e agora os “assuntos sérios” tenham de ser tratados apenas por eles! A sociedade civil precisa, pois, de continuar a mobilizar e a exigir activamente o espaço que merece e o direito a ser ouvida nas próximas fases de negociação e acordos sobre o quadro pós-2015.

¹ CIDSE – COOPÉRATION INTERNATIONALE POUR LE DÉVELOPPEMENT ET LA SOLIDARITÉ

² LEIA TAMBÉM A POSIÇÃO DA CIDSE RELATIVA AO DOCUMENTO FINAL DO EVENTO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A AGENDA PÓS-2015, REALIZADO A 25 DE SETEMBRO DE 2013, NO ÂMBITO DA 68.ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS: CIDSE DELEGATION STATEMENT ON THE UN SPECIAL EVENT OUTCOME DOCUMENT: MANY QUESTIONS REMAIN UNANSWERED

A AGENDA PÓS-2015:

UMA QUESTÃO POLÍTICA

JORGE BALBIS
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ALOP¹

Neste momento, a comunidade internacional, para além de rever o que foi feito e avaliar o que falta fazer no que respeita aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), discute uma nova agenda para o futuro desejável para a Humanidade para além de 2015. As Nações Unidas aspiram a que depois de 2015 se dê continuidade ao trabalho sobre os ODM, mas também a que se inicie uma nova era no que diz respeito ao desenvolvimento e que se ponha fim à pobreza extrema no prazo de uma geração.

Isto exige que se dê resposta às múltiplas crises que afectam o planeta, se estabeleça um conjunto de compromissos políticos internacionais e se mobilizem os recursos necessários para a sua realização num prazo realista, ainda que urgente. Estes compromissos devem referir explicitamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos e contar com uma base não negociável e com instrumentos que assegurem que são respeitados.

A Agenda Pós-2015 deve reconhecer que a pobreza global nunca será erradicada se não se respeitarem os limites do planeta. A justiça climática, a responsabilidade histórica e comum, embora diferenciada, assim como o princípio de “quem polui paga” devem ser a base de qualquer transição ambiental justa.

Combater a desigualdade será um aspecto-chave em qualquer agenda de desenvolvimento para o futuro. Para tal, é necessário incorporar como um objectivo independente a redução radical da desigualdade e definir medidas para enfrentar as causas estruturais da marginalização, exclusão e discriminação.

Mas nada será alcançado se não se alterarem as estruturas económicas e sociais vigentes. Por conseguinte, devem regular-se os mercados financeiros, reestruturar-se os sistemas comerciais injustos, abolir-se os paraísos fiscais e procurar a coerência en-

tre as diferentes políticas para o desenvolvimento. Todas estas reformas são necessárias, já que o sistema económico e financeiro mundial actual cria obstáculos à erradicação da pobreza e aumenta as desigualdades.

A Agenda Pós-2015 não pode ignorar as relações de poder que caracterizam o sistema mundial com actores com agendas totalmente opostas e enormes diferenças de poder e recursos. Dificilmente se poderá superar este obstáculo, mas todos os actores devem assumir responsabilidades diferenciadas sobre as quais cada um deve prestar contas.

Por fim, a Agenda Pós-2015 deve enfatizar a boa governação, o Estado de Direito e a participação dos cidadãos nos processos políticos relacionados com o desenvolvimento. Para tal, são necessárias condições propícias a essa participação que, em muitos casos, não estão sequer reconhecidas. Um programa verdadeiramente centrado nas pessoas e “que não deixe ninguém para trás” consiste em possibilitar a participação plena nos processos de tomada de decisão a todos os níveis e para todas as pessoas, independentemente da sua condição ou identidade.

‘UM PROGRAMA VERDADEIRAMENTE
CENTRADO NAS PESSOAS E
“QUE NÃO DEIXE NINGUÉM PARA
TRÁS” CONSISTE EM POSSIBILITAR
A PARTICIPAÇÃO PLENA NOS
PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO
A TODOS OS NÍVEIS E PARA TODAS AS
PESSOAS, INDEPENDENTEMENTE DA
SUA CONDIÇÃO OU IDENTIDADE’

Uma Agenda Pós-2015 verdadeiramente transformadora dependerá em grande medida da inclusão destes parâmetros políticos. E conseguir isso é uma tarefa política que nos faz continuar a trabalhar por esse outro mundo possível e cada dia mais urgente e necessário.

LEIA A VERSÃO LONGA DESTE ARTIGO AQUI.

¹ ALOP – ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ORGANIZACIONES DE PROMOCIÓN AL DESARROLLO

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO GLOBAL

GRUPO DE TRABALHO DE ÉTICA DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

As questões relacionadas com a Ética, Transparência, Boa Governação e *Accountability* não ficaram de fora da agenda global para o Desenvolvimento pós-2015. Nas negociações que ainda decorrem é esperado que estas questões sejam o centro do processo de Desenvolvimento.

A menos de 800 dias do prazo estabelecido para se alcançarem os ODM, não podemos deixar de reconhecer que, pela primeira vez, um quadro global para o Desenvolvimento, com metas concretas e mensuráveis, permitiu que nos últimos 13 anos se tenham registado progressos na redução da pobreza. Mais e melhor poderia ser feito e muito não o foi devido a questões relacionadas com Ética e Transparência governativas. Vejamos: o Desenvolvimento nunca foi verdadeiramente encarado como uma questão global, exigindo compromissos políticos assentes em princípios éticos universalmente aceites, para que o mundo possa ser casa digna para todos e todas.

Contudo, os actores do Desenvolvimento estão fortemente empenhados em fazer mais e melhor. Para isso, procuram envolver a comunidade global em processos de consulta e nas negociações sobre o mundo que queremos e reforçar o diálogo entre diferentes actores-chave neste processo, ambicionando consensos baseados em valores transversais à Humanidade. Para a concretização de uma *vida decente para todos*¹ é imperativo reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade e os diferentes contextos culturais em que se pretende implementar a agenda e as políticas pós-2015.

Poderão as reflexões éticas contribuir para reequilibrar a balança do Desenvolvimento Sustentável? No equilíbrio entre as suas dimensões económica, ambiental e social, esta última tem tido um peso menos significativo, uma vez que os seus resultados ten-

dem a ser visíveis a médio e longo prazo. O desequilíbrio entre o peso de uma abordagem quantitativa e a necessidade de uma abordagem assente na Ética, enquanto conduta de acção baseada em princípios e valores assentes nos Direitos Humanos, tem resultado na falta de uma visão estratégica social, em mais exclusão, mais discriminação e mais desigualdade. Assim, é fundamental ligar o pensamento à acção e prosseguir abordagens multidisciplinares e participativas que coloquem no centro a Ética e a procura do bem comum universal. Porém, estão as ONGD portuguesas preparadas para contribuir e adoptar um modelo de Desenvolvimento Sustentável, inclusivo e com preocupações éticas, onde as fronteiras entre o global e o local se esbatem nas realidades e desafios quotidianos? Está a Ética presente nos seus processos de reflexão e acção? E, por outro lado, estão as instituições públicas, nacionais e internacionais, com responsabilidade no Desenvolvimento, conscientes do seu papel de assegurar e promover a Ética na governação?

O contexto actual pode ser um impulso necessário para que a discussão das questões do Desenvolvimento transite de um enfoque assente na redução da pobreza, nas necessidades e circunstâncias dos países mais pobres e na ajuda disponibilizada pelos mais ricos, para uma visão mais abrangente e global do Desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Reconhecendo a importância das questões éticas nos seus vários âmbitos de actuação, 11 ONGD portuguesas uniram-se para constituir o Grupo de Trabalho de Ética da Plataforma Portuguesa das ONGD. O grupo desenvolve a sua actividade com vista à criação de um código de conduta para as ONGD portuguesas, aprofundando o conhecimento sobre questões Éticas integrado nos debates sobre o Desenvolvimento e a Agenda pós-2015.

¹ VER A COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA DE FEVEREIRO DE 2013: "A DECENT LIFE FOR ALL: ENDING POVERTY AND GIVING THE WORLD A SUSTAINABLE FUTURE"

O GRUPO DE TRABALHO DE ÉTICA DA PLATAFORMA foi criado em 2011 e conta neste momento com a participação de 11 ONGD: **Abraço - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA, Associação PAR - Respostas Sociais, CEAUP/ONGD - Centro de Estudos Africanos das Universidade do Porto, CPR - Conselho Português para os Refugiados, Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação, FEC - Fundação Fé e Cooperação, Fundação Champagnat, Fundação Gonçalo da Silveira, Helpo, IMVF - Instituto Marquês de Valle Flor e Leigos para o Desenvolvimento.**



RELATÓRIO AIDWATCH 2013:

A COOPERAÇÃO PORTUGUESA À PROCURA DE RUMO

ANA FILIPA OLIVEIRA

INVESTIGADORA NA ACEP – ASSOCIAÇÃO PARA
A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Em 2012, o grupo de trabalho Aid Watch da Plataforma publicava um relatório de balanço da última década de Cooperação Portuguesa, onde apresentava o percurso conturbado da política de Cooperação, no contexto das políticas públicas em Portugal. Volvido um ano, o Relatório Aid Watch 2013¹ centra-se essencialmente nos últimos 12 meses de governação, reflectindo, em tom interrogativo, sobre quatro áreas cruciais no actual *momentum* político – a Cooperação Portuguesa enquanto política de Estado; a transparência dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD); o papel das ONGD no quadro da Cooperação Portuguesa; e as prioridades da Agenda de Desenvolvimento no Pós-2015. Assistiu-se no último ano a diversos episódios que vêm confirmar a fragilidade da Cooperação Portuguesa enquanto política de Estado e a sua subordinação a outras políticas ou agendas, como a promoção da língua portuguesa no mundo e – sobretudo – a diplomacia económica. Os números vêm comprovar essa tendência, cada vez mais notória ano após ano.

Em 2012, a verba anual dedicada à APD sofreu uma queda de 11 pontos percentuais, dos 509 milhões de euros, em 2011, para os 452 milhões, o que significa que apenas 0,28% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) é dedicado à APD. Quando analisado em detalhe, este valor revela uma agravante e um dado preocupante que desvirtua a própria política de Cooperação para o Desenvolvimento – apenas um quarto da APD bilateral é considerado genuína, por se encontrar desligada de pretensões ou interesses da diplomacia portuguesa nos Países em Desenvolvimento.

Assistimos, nos últimos anos, a um peso cada vez mais significativo das linhas de crédito e empréstimos concessionais, comumente designada de Ajuda ligada, tendo atingido, em 2012, o valor mais alto de sempre, ao fixar-se nos 75,4% da APD bilateral. Dos cerca de 309 milhões de euros disponibilizados para a APD bilateral, quase metade (131 milhões de euros) foram empréstimos concessionais para um único país, considerado de Desenvolvimento Médio – Cabo Verde. De facto, desde 2008 que este tipo de Ajuda ligada tem ganhado expressão passando a destinar-se também a países que não são parceiros tradicionais da Cooperação Portuguesa, o que ajuda a explicar o surgimento de Marrocos enquanto terceiro país receptor da APD bilateral portuguesa em 2012, com cerca de 45 milhões de euros em empréstimos concessionais.

A somar à evidente subordinação da Cooperação Portuguesa à diplomacia económica, assiste-se também a instabilidade política da Cooperação Portuguesa. No último ano, a pasta da Cooperação Portuguesa conheceu três Secretários de Estado – Luís Brites Pereira (de Julho de 2011 a Abril de 2013); Francisco Almeida Leite (que não chegou a completar quatro meses no cargo) e Luís Campos Ferreira (desde Julho de 2013).

Portugal tem acompanhado e participado em inúmeras reuniões e fóruns ao mais alto nível sobre a qualidade da Cooperação para o Desenvolvimento, endossando os documentos e as recomendações daí resultantes. Porém, resiste em passar das intenções à prática, em diversas matérias. A título de exemplo, enumeramos as falhas na questão da transparência e da própria qualidade da informação. A escassa informação sobre a APD constituiu-se, de facto, como um dos principais entraves na elaboração do relatório Aid Watch.

UM RELATÓRIO, VÁRIAS VOZES

À semelhança do relatório anterior, incluímos depoimentos de outros, sobretudo de países parceiros, que nos possibilitam uma visão mais plural sobre estes quatro temas. Convidámos assim o Presidente da Plataforma das ONG's de Cabo Verde, Dionísio Simões Pereira, a reflectir sobre a questão do ligamento da Ajuda ao Desenvolvimento, na Cooperação entre Portugal e Cabo Verde; e o Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Luís Vaz Martins, a explicar a importância de uma Agenda Pós-2015 baseada nos Direitos Humanos para um país como a Guiné-Bissau. Sobre a urgência da promoção da transparência da Ajuda ao Desenvolvimento e o papel das ONGD na Cooperação, contamos com o depoimento dos investigadores Edson Cortez (Centro de Integridade Pública, Moçambique) e Aires Bruzaca (São Tomé e Príncipe).

O acesso à informação é feito na sua grande maioria a pedido, quando a informação deveria ser publicada por iniciativa do Governo de forma proactiva, detalhada e prospectiva. Também a ausência de um programa orçamental dedicado à Cooperação Portuguesa impossibilitou a análise das verbas alocadas a cada ministério, bem como a sua execução orçamental em 2012 e a comparação com anos anteriores.

O relatório dedica ainda um dossiê ao papel das ONGD na Cooperação Portuguesa. Trata-se de um documento com dupla função: por um lado, apontar as razões da sua importância no contexto da Cooperação Portuguesa e, por outro, mais dirigido às próprias ONGD portuguesas, advogar a adopção dos princípios da Eficácia do Desenvolvimento e o acompanhamento dos debates internacionais nesta área.

Por fim, como contribuição para o debate sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, elaborámos uma breve reflexão sobre as questões-chave: deve ser uma agenda de Direitos Humanos, universal (para todos, em todo o lado), sem porém ter a pretensão de aplicar receitas universais. Nesse sentido, a questão da apropriação nacional e da responsabilização devem também assumir centralidade na nova agenda.

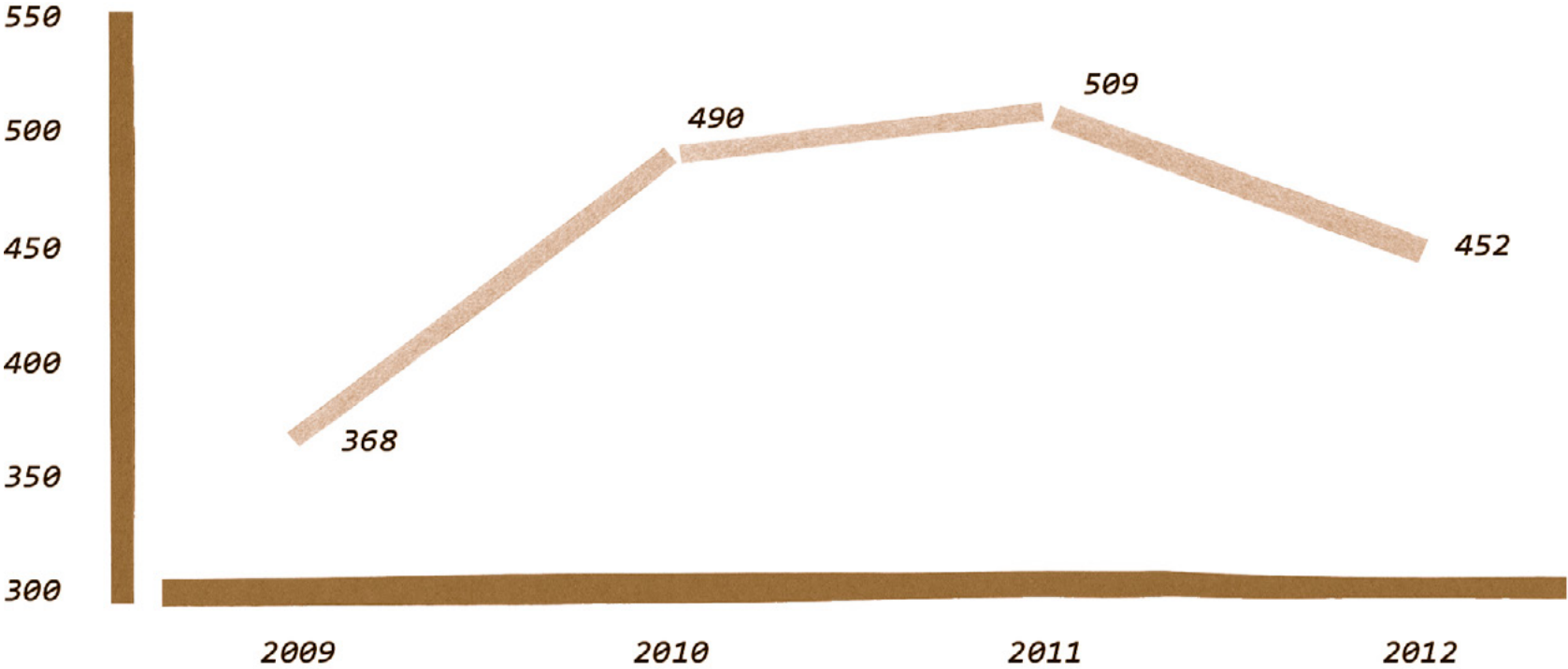
¹ O RELATÓRIO AID WATCH 2013 FICARÁ DISPONÍVEL EM BREVE AQUI.

EMPRÉSTIMOS CONCESSIONAIS, EM 2012 (EM MILHARES DE EUROS)

Cabo Verde	112.776	Angola	16.170
Moçambique	48.158	S. Tomé e Príncipe	7.785
Marrocos	45.164	China	6.862
Total			236.915

APD PORTUGUESA
LÍQUIDA EM MILHÕES DE
EUROS (2009-2012)

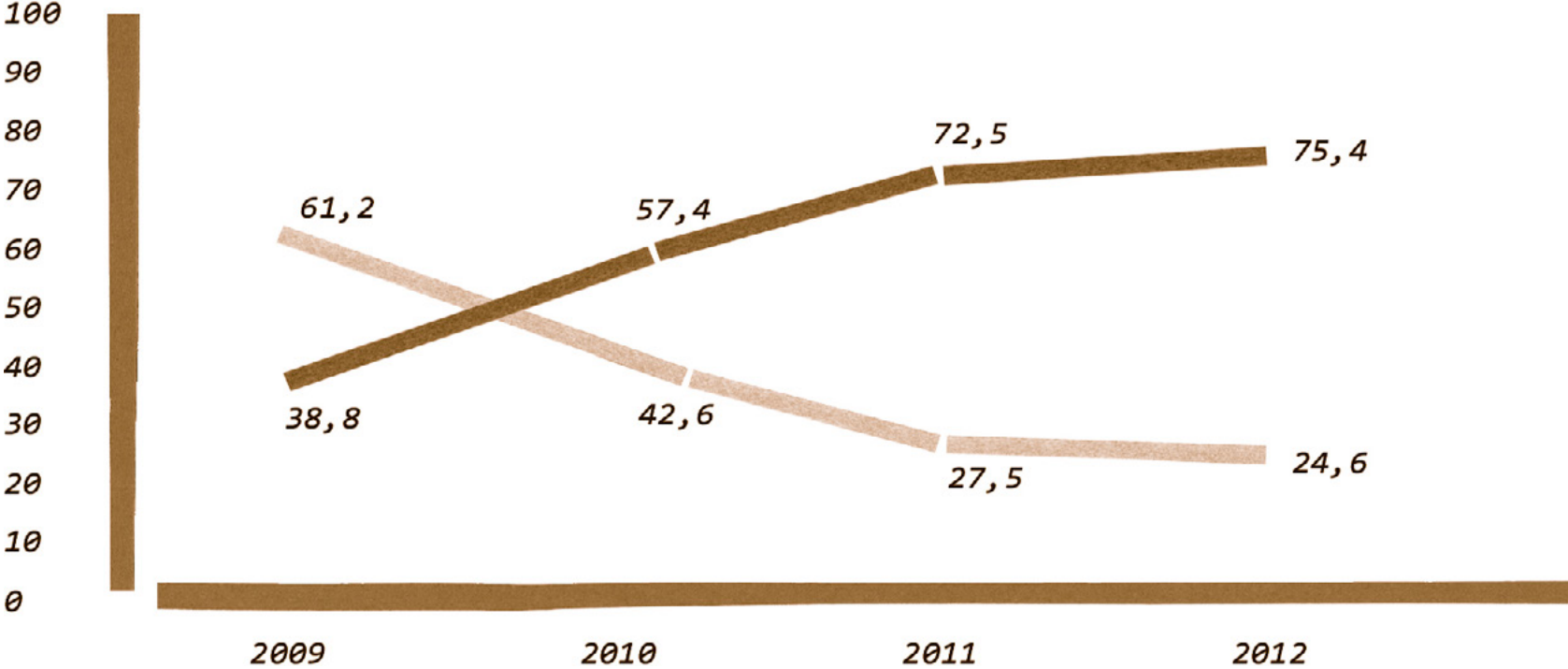
FONTE: ELABORADO
A PARTIR DE DADOS
DISPONIBILIZADOS
PELO CICL, 2013



GRAU DE LIGAMENTO
DA APD BILATERAL
PORTUGUESA,
DE 2009 A 2012
(EM PORCENTAGEM)

DESLEGADA
LIGADA

FONTE: ELABORADO
A PARTIR DE DADOS
DISPONIBILIZADOS
PELO CICL, 2013



FALEMOS SOBRE OS NOSSOS ERROS

ASHLEY GOOD

FUNDADORA DE ADMITTING FAILURE¹

Quando não atingimos os nossos objectivos, é difícil reconhecê-lo e, no sector social em particular, preocupamo-nos com o modo como os nossos financiadores irão reagir. O paradoxo deste enigma é que todos sabemos que os fracassos são os melhores professores e que temos de estar abertos a falar sobre os nossos erros para podermos aprender com eles. Além disso, reconhecer abertamente aquilo que falhou é, frequentemente, um catalisador para a mudança.

Em 2008, a *Engineers Without Borders Canada* (EWB) decidiu abraçar este paradoxo e escrever o seu primeiro **Relatório Anual de Fracassos**. Este foi um passo corajoso e um risco evidente, mas a equipa da EWB em África queria ter a certeza de que o que estava a aprender era amplamente partilhado, de modo a que os seus erros não fossem repetidos. Para eles, esse benefício suplantava o risco de perder financiadores. Para além disso, a EWB esperava poder eventualmente gerar confiança e credibilidade junto dos doadores ao mostrar-lhes que os erros estavam a ser reconhecidos e as lições daí resultantes a ser incorporadas nas suas práticas.

Falar dos fracassos é tão simples quanto questionar-se sobre: O que é que não está a funcionar? Porque não está a funcionar? Em que podemos melhorar? E as histórias que compõem o Relatório de Fracassos vêm de todos os níveis da organização – desde o Presidente do Conselho de Administração aos técnicos presentes no terreno – mostrando assim que na EWB se pode arriscar, esforçar-se e até falhar, desde que seja partilhado e daí se possa aprender algo. Assim, o seu Relatório de Fracassos reforça e celebra uma cultura de humildade que encoraja a equipa da EWB a falar do que não corre bem.

O potencial de esta cultura de falar sobre os fracassos se espalhar pelo sector constituiu a inspiração de que eu precisava para criar a *Admitting Failure*, cujo objectivo é apoiar as organizações e demonstrar àqueles que querem falar dos fracassos que não estão sozinhos.

Muitas pessoas pensaram que eu estava louca quando criei a *Admitting Failure* mas eu decidi, ainda assim, enviar uma mensagem a Bill Gates, Co-Presidente da Fundação Gates. Para grande surpresa minha, ele aceitou dar um pequeno contributo. Encorajada por esta vitória inicial, decidi apresentar a minha ideia a outras pessoas. As três organizações com as quais falei adoraram o conceito e, entusiasticamente, aceitaram partilhar as suas histórias de fracassos.

‘O PROBLEMA É QUE A PARTE DOS FRACASSOS GERALMENTE ACABA POR SER DESCARTADA OU MENOSPREGADA QUANDO TODOS SABEMOS QUE ELA EXISTE’

Serei a primeira a admitir que utilizar a palavra fracasso é perigoso porque faz parecer que é uma questão de “preto e branco” quando, na realidade, sabemos que todos os projectos têm elementos de fracasso e de sucesso. O problema é que a parte dos fracassos geralmente acaba por ser descartada ou menosprezada quando todos sabemos que ela existe.

Então, por que é que não falamos sobre o que não está a funcionar? A resposta é que é quase sempre arriscado falar sobre isso. Este é o desafio que nos impede de sequer começar a aprender com os erros, e que decorre do receio muito real que associamos ao fracasso. O status quo assenta na valorização do sucesso de modo que, quando reconhecemos abertamente o fracasso, corremos o risco de sermos responsabilizados e punidos. Mas é precisamente esta intolerância ao fracasso que impede a aprendizagem.

¹ WWW.ADMITTINGFAILURE.COM

² ASHLEY@FAILFORWARD.ORG @ADMITFAILURE

1 MILHÃO DE ASSINATURAS PELA TAXA SOBRE AS TRANSACÇÕES FINANCEIRAS

CÉSAR NETO

RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

A Plataforma Portuguesa das ONGD associou-se a uma iniciativa de um conjunto variado de organizações da sociedade civil europeias¹ que visa reunir um milhão de assinaturas a favor da criação de uma Taxa sobre as Transacções Financeiras (TTF).

A criação e aplicação de uma TTF vêm sendo discutidas há vários anos a nível internacional, não só no âmbito da União Europeia como também da ONU e do G20. A ideia é criar uma taxa sobre as transacções financeiras à escala global que contribua para ajudar os países mais afectados pela instabilidade financeira.

É uma maneira de obter do sector financeiro e da banca, até agora em grande parte isentos de taxas (do IVA, por exemplo), uma contribuição justa e equilibrada (com taxas

muito modestas de 0,01% e 0,1%) sobretudo porque estes têm sido financiados, em grande parte, pelos contribuintes. Pretende-se, pois, taxar o sector financeiro e da banca e não os cidadãos europeus.

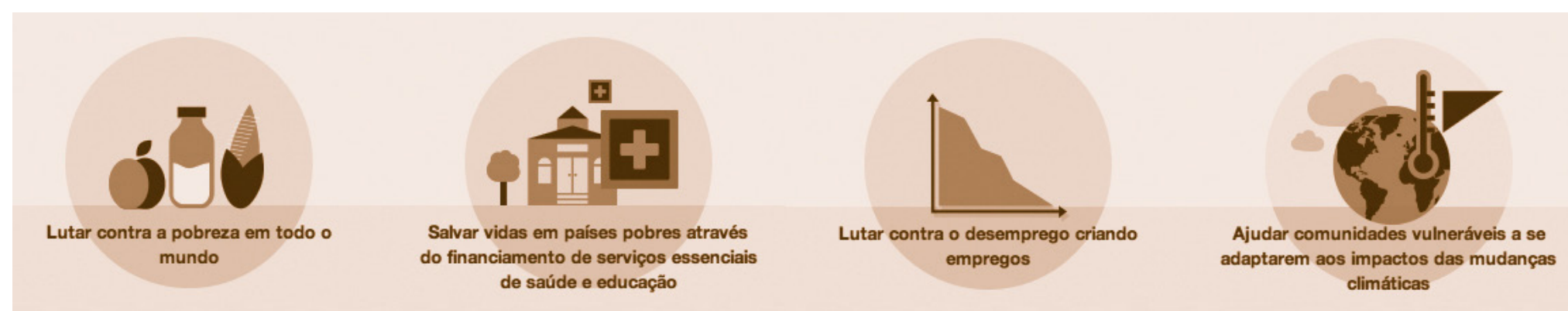
‘É ESSENCIAL QUE PARTE DAS RECEITAS DESTA TAXA SEJA CANALIZADA PARA FINANCIAR PRIORIDADES GLOBAIS.’

VANTAGENS DE UMA TTF A Taxa sobre as Transacções Financeiras visa disponibilizar mais recursos para minimizar os efeitos económicos e sociais muito negativos causados pela crise e pelos cortes sociais em Portugal, na Europa e no Mundo. É essencial que parte das receitas desta taxa seja canalizada para financiar prioridades globais que devem também ser consideradas como um objectivo comum a todos os países europeus, nomeadamente a luta contra a pobreza, o combate às doenças pandémicas e a minimização dos efeitos das alterações climáticas nos países em desenvolvimento.

A união dos cidadãos europeus em relação a este assunto é de extrema relevância para que esta taxa seja uma realidade o mais rapidamente possível.

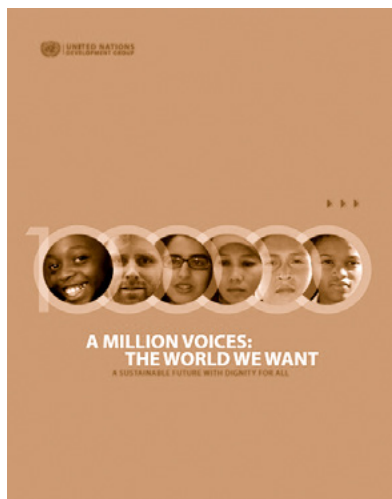
Assine a petição **aqui** e saiba mais sobre esta iniciativa em <http://robinhoodtax.org.uk/>

¹ ACTION FOR GLOBAL HEALTH, ATTAC AUSTRIA, ATTAC DEUTSCHLAND, CARE DEUTSCHLAND-LUXEMBURG, EFFR, FOE, GLOBALE BILDUNGSKAMPAGNE, INTERMÓN OXFAM, NALACC (NATIONAL ALLIANCE OF LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN COMMUNITIES), OXFAM BELGIUM, OXFAM GERMANY, OXFAM INTERNATIONAL, PSI, ROBIN HOOD TAX UK, STEUER GEGEN ARMUT, ZERO ZERO CINQUE.



FONTE: THE ROBIN HOOD TAX

PUBLICAÇÕES



A MILLION VOICES: THE WORLD WE WANT

por UNDG MILLENNIUM
DEVELOPMENT GOALS
TASK FORCE
edição UNDG
em 2013
língua INGLESA

Este relatório sintetiza as perspectivas de uma consulta global sem precedentes sobre “o mundo que queremos”. Promovida pelas Nações Unidas, esta consulta envolveu mais de um milhão de pessoas de todo o mundo e de todos os contextos, nomeadamente vozes que não costumam ser ouvidas, como as pessoas pobres ou marginalizadas. Os seus resultados contêm importantes mensagens para os líderes mundiais, envolvidos nas negociações tendo em vista a construção de uma nova Agenda do Desenvolvimento para o período pós-2015.



THE NETWORKER HUMANITARIAN DEVELOPMENTS

por BOND
edição BOND
em OUTUBRO DE 2013
língua INGLESA

A edição de Outubro da revista The networker é dedicada à ajuda humanitária e de emergência. A necessidade de uma rápida, efectiva e coordenada assistência humanitária devido à guerra civil na Síria trouxe este tema novamente para a agenda. Quando surge uma crise semelhante o imperativo é a acção, mas é preciso reflectir sobre como as ONGD devem actuar nestas situações. Neste sentido, a revista apresenta uma análise do estado do sector, tendo em conta as tendências e os debates actuais. De destacar ainda, um artigo sobre os países de rendimento médio e quais os motivos para não acabar com a ajuda ao desenvolvimento a esses países.



THE UNIQUE ROLE OF AID THE FIGHTS AGAINST GLOBAL POVERTY

por CONCORD
edição CONCORD
em 2013
língua INGLESA

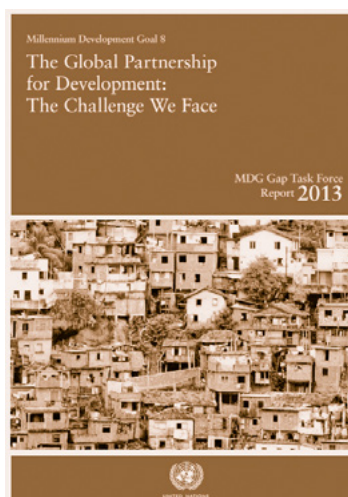
Trata-se de um relatório de referência para a monitoria da Cooperação para o Desenvolvimento a nível europeu. Para além de uma página dedicada a cada Estado Membro, a edição 2013 integra uma breve reflexão sobre o papel primordial da ajuda ao desenvolvimento no combate à pobreza a nível mundial.



AID TRANSPARENCY INDEX 2013

por PUBLISH WHAT YOU FUND
edição PUBLISH WHAT YOU FUND
em 2013
língua INGLESA

A transparência é uma condição necessária à eficácia do Desenvolvimento. O *Aid Transparency Index* avalia a transparência dos fluxos de ajuda ao desenvolvimento dos principais doadores mundiais. Pela primeira vez, não só avalia que informação é publicada, mas também a utilidade dessa informação.



THE GLOBAL PARTNERSHIP FOR DEVELOPMENT: THE CHALLENGE WE FACE

por MDG GAP TASK FORCE
edição ONU
em 2013
língua INGLESA

Uma parceria global renovada e mais forte é urgente para alcançar muitos dos compromissos explanados nos ODM até 2015. Este relatório, inteiramente dedicado à parceria global para o desenvolvimento, faz uma análise dos progressos, retrocessos e esforços realizados por países e organizações internacionais para impulsionar o Desenvolvimento à escala planetária.



ANTIPODES ETHIQUE ET DÉVELOPPEMENT

por ITECO
edição ITECO
em 2011
língua FRANCESA

Vale a pena conhecer a revista belga Antipodes que trimestralmente traz para o debate temas actuais da Cooperação e do Desenvolvimento. A edição nº 195 foi dedicada à Ética e leva-nos a questionar: como fazer para agir da melhor forma, individual e colectivamente.

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	NOV 2013		
					1	2	13. Mesa-redonda: MOÇAMBIQUE – PAZ AMEAÇADA? organizado por IMVF, Fundação AIP, EuroDefense-Portugal e a AFCEA-Portugal LISBOA	21. Ciclo de Cinema CINE-ONU / DIREITOS E DESENVOLVIMENTO organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC LISBOA	28. Fórum GESTÃO DE VOLUNTARIADO PARA A COOPERAÇÃO organizado por Grupo de Trabalho de Recursos Humanos para a Cooperação da Plataforma das ONGD LISBOA
3	4	5	6	7	8	9			
10	11	12	13	14	15	16			
17	18	19	20	21	22	23	19. Lançamento do livro: WATER AND THE FUTURE OF HUMANITY organizado por Fundação Calouste Gulbenkian LISBOA	25. QUERES SER VOLUNTÁRIO? organizado por Universidade Lusófona LISBOA	
24	25	26	27	28	29	30	20-21. Conferência GLOBAL JUSTICE THROUGH GLOBAL CITIZENSHIP organizado por DEEEP BRUXELAS	26-27. EUROPEAN DEVELOPMENT DAYS organizado por Comissão Europeia BRUXELAS	
D	S	T	Q	Q	S	S	DEZ 2013		
1	2	3	4	5	6	7	10. Ciclo de Cinema CINE-ONU / DIREITOS E DESENVOLVIMENTO organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC LISBOA	10-12. Colóquio Internacional EPISTEMOLOGIAS DO SUL organizado por CES/Universidade de Coimbra, European Research Council e CORDIS COIMBRA	10-20. Exposição ALFABETO DO DESENVOLVIMENTO na Universidade de Évora organizado por MONTE-ACE com ACEP, CEsA, inLoco ÉVORA
8	9	10	11	12	13	14			
15	16	17	18	19	20	21			
22	23	24	25	26	27	28			
29	30	31							
MAI 2014							29-31. Conferência CEsA 2014 “ESPAÇO LUSÓFONO” (1974-2014): TRAJECTÓRIAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS organizado por CEsA/ISEG LISBOA		

ABRAÇO ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AJP ACÇÃO PARA A JUSTIÇA E PAZ

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIC PORTUGAL ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO, INTERCÂMBIO E CULTURA

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

E&O ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FOM FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

IEEI INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

INDE INTERCOOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO

HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A sorrir ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

SUL ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER